

**AÇÃO SINDICAL BRASILEIRA DOS ANOS 1990 NO CAMPO DA
EDUCAÇÃO DO TRABALHADOR: CAMPOS DE REFERÊNCIA**

**THE BRAZILIAN TRADE UNION ACTIVITY ON WORKER'S EDUCATION IN
THE NINETIES: REFERENCE FIELDS**

GODINHO, Ana Cláudia Ferreira¹
FISCHER, Maria Clara Bueno²

RESUMO

O estudo é parte de um balanço de conhecimento no campo educação do trabalhador. Analisamos em T&Ds os campos de referência orientadores das análises sobre a ação educativa sindical brasileira nos anos 1990, nas visões liberal, clientelista, republicana (OLIVEIRA, 2006), e emancipatória. Os resultados apontam, na metade das pesquisas, a visão liberal como campo de referência; na outra metade, a republicana ou a emancipatória.

Palavras-chave: ação sindical, educação do trabalhador.

ABSTRACT

This paper is part of a research on the worker's education field. Since the liberal, the client-centered, the republican and the emancipatory approaches (OLIVEIRA, 2006), we have analyzed inside Thesis and Dissertations the reference fields that have guided the analyses on the Brazilian trade union educational activity in the nineties. The conclusion points out that half of the researches has the liberal point of view as field of reference, and the other half, the republican or the emancipatory ones.

Keywords: trade union activity, worker's education.

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação Universidade do Vale do Rio dos Sinos. E-mail: anagodinobr@yahoo.com.br.

² Doutora em Educação. Professora no Programa de Pós-Graduação em Educação Universidade do Vale do Rio dos Sinos. E-mails: clarafis@cpovo.net e clara@unisinos.br.

APRESENTAÇÃO

Este trabalho faz parte de um balanço do conhecimento do tipo estado da arte no campo educação do trabalhador. A proposta é discutir uma parte dos resultados da análise de 17 dissertações e 1 tese sobre projetos e programas de educação do trabalhador realizados por entidades sindicais produzidas entre 1996-2006. No estudo de origem, a abordagem qualitativa se constituiu da identificação e análise das temáticas e objetos de estudo específicos das pesquisas; das escolhas teórico-metodológicas; os campos de referência que informaram os projetos e programas de educação do trabalhador desenvolvidos pelo movimento sindical; da abordagem adotada pelos autores, principalmente no que concerne à articulação entre a análise política e a pedagógica; as recomendações dos pesquisadores e questões e/ou temas de pesquisa a desenvolver no campo da educação do trabalhador. Neste texto, priorizaram-se os campos de referência que orientaram a ação educativa do Movimento Sindical brasileiro nos anos 90.

A pesquisa que fundamentou este texto compõe um balanço de conhecimento mais amplo da produção discente sobre educação não escolar de pessoas adultas em programas de pós-graduação do Brasil entre 1996 e 2006.

O MOVIMENTO SINDICAL E A EDUCAÇÃO DO TRABALHADOR

A década de 90 se destaca pelo fato das centrais sindicais – em suas instâncias nacionais ou nas entidades filiadas – organizarem programas e projetos de educação, especialmente de educação profissional, negociados em fóruns tripartites, financiados pelo Estado e, em alguns casos (como ocorreu em experiências desenvolvidas pela CUT), articulando educação profissional, elevação de escolaridade e formação sindical, constituindo iniciativas que seus protagonistas denominaram “formação integral” do trabalhador. Se, nos anos 90, é significativa e singular a presença do movimento sindical no desenvolvimento de projetos de formação profissional e elevação de escolaridade de trabalhadores, articulados ou não à formação político-sindical, é importante lembrar que as entidades sindicais realizam educação do trabalhador há muito tempo, como atestam os estudos de Manfredi (1997, 2002).

Cabe considerar o cenário dos anos 90 para situar a atuação dos sindicatos e centrais sindicais no campo da formação profissional e da elevação de escolaridade. Influem na reconfiguração do mundo do trabalho diversos fatores: o desmantelamento do Estado de Bem- Estar; a deslegitimação da “coisa” pública, a perda do sentimento de pertencimento a classes e movimentos coletivos, derivado da atomização dos indivíduos, bem como, no campo da tecnologia, os avanços no campo da microeletrônica e das tecnologias da informação, que provocam alterações profundas no mundo do trabalho. Suas conseqüências mais divulgadas são a aceleração e reprodução de informações e conhecimentos. A crescente automatização e o fortalecimento do capital financeiro, mediante a viabilização de transações virtuais e instantâneas também advém das descobertas tecnológicas, que interferem diretamente na configuração do modo de produção capitalista e, portanto, nas exigências do mercado quanto à formação do trabalhador.

No mundo do trabalho, a reestruturação produtiva como parte do processo de acumulação flexível do capital, passa a questionar os modos de produzir e gerir o trabalho e conseqüentemente o perfil de trabalhador adequado e adaptável aos novos tempos. O conceito de qualificação profissional é problematizado, e a noção de competência hegemoniza as discussões *pari passu* com a noção de empregabilidade. A corrida aos cursos de formação profissional e a volta à escola de adultos trabalhadores em busca de elevação de escolaridade e certificação escolar induz à assunção pelo trabalhador da responsabilidade individual por sua reinserção no mundo do trabalho. Esse aspecto ocasiona a proliferação de cursos e programas de educação do trabalhador.

Além disso, o questionamento do modelo de Estado de Bem-Estar Social desencadeia um novo modelo de gestão do público. Com isso, a idéia de 'parcerias' entre Estado e sociedade civil torna-se recorrente no âmbito das políticas sociais. No caso do Brasil, desde a década de 1990, há uma combinação contraditória e singular de ações que expressam os ganhos políticos obtidos pela sociedade civil na Constituição de 1988 – no sentido da democratização do Estado –, mas também o avanço das políticas neoliberais no contexto da globalização e acumulação flexível do capital, expressa de modo exemplar na reestruturação produtiva que afetou profundamente os sindicatos.

Os reflexos sociais da Globalização, como a concentração de renda, a diminuição do acesso aos direitos sociais, a precarização e o escasseamento do trabalho formal, agravam os processos de exclusão social, especialmente nos países pobres. Assim, o movimento sindical passa por redefinições significativas visando responder ao novo contexto. Dentre suas ações, a formação profissional assume destaque (MANFREDI, 2002).

Nesse intuito, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), por exemplo, trava um intenso debate em suas instâncias políticas internas a respeito da educação do trabalhador, incorporando às suas ações outras dimensões além da formação sindical frente à conjuntura que se apresentava: políticas públicas de trabalho e renda, incluindo o PLANFOR. Nesse contexto, o Programa Integração é criado em 1999, com objetivos de formação profissional, elevação de escolaridade e formação sindical dos trabalhadores. O Programa, envolvendo vários ramos profissionais, nasceu do Programa Integrar, criado em 1996, pela Confederação Nacional dos Metalúrgicos/CUT, experiência pioneira que elaborou as balizas político pedagógicas iniciais para as ações educativas posteriores.

A Força Sindical também se insere no debate sobre a Educação Profissional, tendo como base as experiências de alguns sindicatos com os Centros de Formação Profissional e a Escola de Formação Profissional, criada pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Seu projeto político-sindical “[...] inscreve-se no âmbito da modernização da sociedade capitalista, tendo como modelo uma sociedade baseada na livre concorrência do mercado, na competição, na prosperidade, na produtividade, na democracia e na

participação” (MANFREDI, 2002, p. 268). Mediante tais pressupostos, a referida central compreende a educação como um elemento de ampliação do poder de barganha e das condições de competição e, portanto, de adaptação do trabalhador às novas exigências do mundo do trabalho.

Tais releituras das entidades sindicais sobre a sua atuação no campo da educação do trabalhador nos anos 90 mobilizaram muitos pesquisadores a investigarem tal atuação como se verifica pelo fato de apenas duas dissertações analisadas se referirem a outro período histórico.

TEMÁTICAS E OBJETOS DE ESTUDO DAS PESQUISAS

A maior parte da produção discente analisada investiga programas e projetos de educação desenvolvidos por entidades sindicais - sindicatos e/ou centrais sindicais – no contexto do PLANFOR - Plano Nacional de Educação Profissional¹. Duas pesquisas têm como objeto de estudo a educação desenvolvida pelo movimento sindical em outros períodos históricos.

Ações educativas realizadas por entidades vinculadas a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e por instâncias orgânicas da Central, são investigadas por treze dos³ dezessete trabalhos que compõem o corpus da pesquisa; três, além de estudar ações da CUT, analisam ações da Força Sindical (FS) e da Central Geral de Trabalhadores (CGT). Somente uma estuda ações específicas da FS. Destaca-se que, daquelas que estudam a experiência da CUT, oito têm como objeto de análise o Programa Integrar (Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM/CUT), sendo duas especificamente sobre o Programa Integrar Desempregado (PID). As dissertações que abordam o Integrar apresentam-no como tema de pesquisa; ou utilizam-no para o estudo das concepções de Sindicalismo, Educação e Formação Profissional desenvolvidas pelo movimento sindical cutista nos anos 90 ou, ainda, para a análise do papel do instrutor do Programa na formação do aluno-trabalhador. Há ainda um trabalho que disserta sobre o Projeto Evolução (desenvolvido pela Escola Sindical 8 de Março/RS, ligada a sindicatos filiados a CUT/RS). Verifica-se a preponderância de pesquisas sobre práticas educativas realizadas no campo da CUT.

Também há uma dissertação sobre o Conselho de Escola de Trabalhadores (GÓES, 2001) e outra, sobre o movimento operário de Ijuí-RS no período de 1946 a 1964 (FRANTZ, 2000). Ambas contemplam outros momentos históricos e, por isso, não fazem parte do presente estudo.

³ PLANFOR – Plano Nacional de Educação Profissional (até 1999) e posteriormente denominado Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador, sob direção do Ministério do Trabalho e Emprego, com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), pactuado em nível nacional na instituição tripartite do Conselho Nacional do FAT (CODEFAT). O período de vigência do PLANFOR foi de 8 anos, de 1995 a 2002. O PLANFOR foi executado em parceria com as centrais sindicais, Organizações Não Governamentais (ONGs) e o Sistema S. Três idéias-força orientaram a concepção do PLANFOR: as noções de parceria, empregabilidade e competência. Em 2003, no governo LULA, foi substituído pelo Plano Nacional de Qualificação (PNQ).

Quanto aos objetivos gerais, os estudos podem ser agrupados em:

- análise das perspectivas político-ideológicas da ação sindical no campo da educação profissional e educação básica (elevação de escolaridade) e participação em fóruns tripartites no contexto da reestruturação produtiva e de implementação do PLANFOR na década de 1990 – sete dissertações e uma tese versam sobre o tema (AFFONSO, 2001; SILVA, 2003a; MORETTO, 2004; PIOLLI, 2004; SANTOS, 2003; STEIN, 2000);
- análise dos pressupostos teórico-metodológicos do Programa Integrar quanto à sua proposta político-pedagógica, com base em análise documental (SILVA, 2002) e entrevistas com dirigentes sindicais (DOMINGUES, 2000), bem como análise da contribuição do instrutor para a construção dessa proposta (GOLDENSTEIN, 2002);
- análise de experiências locais – neste grupo, constam dissertações que analisam o Programa Integrar a partir da sua implementação em Passo Fundo RS (OLIVEIRA, 2004), no Rio de Janeiro (MOLINA, 2004) e em Pernambuco (SILVA, 2003), uma dissertação analisa a organização curricular do Integrar com base na experiência do núcleo de Ribeirão Pires-SP (SAPIENSA, 2002), outra dissertação busca compreender o processo de formação humana desenvolvido na experiência do Projeto Evolução, desenvolvido pela Escola 8 de março (TITO, 2005), e outra analisa o Projeto Vento Norte (SILVA, 2005), ambos vinculados ao campo da CUT.

Identifica-se que as escolhas teórico-metodológicas são, majoritariamente, de cunho qualitativo e orientado pela crítica de viés marxista. Duas dissertações são definidas pelos autores como estudos de caso. Todas as pesquisas realizam análise documental; sendo que seis também indicam a realização de entrevistas semi-estruturadas. Uma utiliza questionário fechado.

CAMPOS DE REFERÊNCIA DAS PRÁTICAS EDUCATIVAS

Uma das interrogações centrais feitas neste balanço de produção de conhecimento diz respeito aos campos de referência orientadores das práticas educativas e não-escolares de adultos. Dentre as ações sindicais no campo da educação do trabalhador, a visão sobre políticas públicas de qualificação é um importante campo de referência orientador das práticas.

Segundo Oliveira (2006),

[...] são três principais percepções que disputam entre si (pelo menos no que se refere a conteúdos, projetos pedagógicos e arranjos institucionais), mas também interinfluenciam-se mutuamente, configurando, na prática combinações complexas e contraditórias: A visão liberal tem apostado prioritariamente em noções como *empregabilidade, competência e parceria* (no sentido da privatização da problemática do trabalho e renda, assim como das políticas públicas concebidas para lidar com tal problemática.). Sob tal ponto de vista, as políticas de qualificação são orientadas a atuarem sob uma estratégia que, no essencial, transfere responsabilidade do Estado para os indivíduos e caracteriza-se como política de caráter *compensatório*. São,

assim, estruturadas para coadunarem-se plenamente com as iniciativas e referências discursivas do setor privado nessa área.

A visão *clientelista* se utiliza do acesso privilegiado aos gestores das políticas públicas com o fim de beneficiar-se como executor, conselheiro, cursista ou como gestor. Para quem se coloca sob tais motivações e referências, as políticas públicas de qualificação servem, sobretudo, a incursões visando o favorecimento privados. Ao contrário do caso anterior, embora tenda a encontrar com ele modos de convivência harmônicos, prima por um viés menos ideologizado e mais pragmático.

A visão *republicana*, conforme a entendemos aqui, é aquela que toma a qualificação profissional sob a perspectiva dos direitos sociais, do conflito e da contratação social, da sua inserção como elemento constitutivo de um sistema público de trabalho, emprego e renda, do seu valor estratégico como parte de uma política de desenvolvimento sustentável, da articulação entre formação propedêutica, técnico-profissional e cidadã. Situa-se sob uma percepção crítica em relação às visões *liberal* e *clientelista* (p.23-4).

É pertinente acrescentar, todavia, outra visão que se poderia chamar de *emancipatória*, caracterizada como uma percepção crítica às visões liberal e clientelista e que incorpora elementos associados à transformação da sociedade capitalista mediante a defesa dos interesses da classe trabalhadora. O acréscimo dessa categoria se deve à identificação de algumas pesquisas cujas análises identificam ações sindicais no campo da qualificação profissional que podem ser vinculadas a uma visão *republicana*, mas, ao mesmo tempo, articulada com uma luta sindical classista e anticapitalista, portanto, emancipatória.

Destacam-se alguns aspectos das análises dos pesquisadores relacionados a esses campos de referência indicados. Uma crítica recorrente dos pesquisadores às ações educativas das Centrais diz respeito à substituição do Estado, em sua tarefa de garantir e realizar o direito à educação e ao trabalho, e do Capital, em sua responsabilidade de qualificação dos trabalhadores. Refere-se também à participação do movimento sindical no que denominam de “institucionalidade”; ou seja, em espaços públicos instituídos pelo Estado, como as comissões tripartites. Com isso, o movimento passa a produzir e gerir políticas públicas através do desenvolvimento de consensos, levando a perder sua autonomia na defesa dos interesses da classe trabalhadora.

A implementação do PLANFOR possibilitou o acesso das entidades sindicais a recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e a reaproximação com as suas bases que demandavam escolarização e formação profissional. As explicações dos pesquisadores para essa “parceria” entre o movimento sindical e o Estado concentram-se em:

(a) crise do movimento sindical, causada pela perda de sua capacidade de representação e de mobilização dos trabalhadores em função do novo momento de acumulação flexível do capital expresso na reestruturação produtiva (transformação tecnológica e na gestão do trabalho e da produção) e do avanço das políticas neoliberais (Estado mínimo) que causaram níveis altos de desemprego – e parte dos postos de trabalho são irrecuperáveis –, precarização do trabalho e recuo do Estado no que diz respeito às políticas sociais. As pesquisas atribuem à fragilização do movimento sindical a sua decisão de atuar no sentido de acessar os recursos do FAT para realizar ações de formação (elevação de escolaridade e formação profissional) como

meio para se aproximarem dos trabalhadores desempregados ou em risco de perder emprego ampliando suas bases de apoio. (SILVA, 2002; SILVA, 2003; SILVA, 2003a; MORETTO, 2004; SANTOS, 2003; STEIN, 2000, MOLINA, 2004; GOLDENSTEIN, 2002). Nesse sentido, a atuação da CNM/CUT representaria uma revisão da sua ação sindical devido aos seus dirigentes almejarem a consolidação da entidade em nível nacional (DOMINGUES, 2000);

(b) leituras do contexto realizadas pelo MS, relacionadas com posicionamentos políticos e ideológicos que, conseqüentemente, os orientaram a tomar a decisão de participar das ações desencadeadas pelo PLANFOR. Os pesquisadores identificam coerência nas posições da FS e da CGT em realizar educação profissional com suas orientações político-ideológicas (SANTOS, 2003a; STEIN, 2000). As análises sobre as ações da CUT serão mais complexas, como veremos a seguir;

(c) algumas pesquisas (SILVA, 2003a; MORETTO, 2004; STEIN, 2000; SILVA, 2005; OLIVEIRA, 2005) indicam que, no caso da CUT, os posicionamentos políticos que já vinham sendo tomados pela corrente hegemônica (articulação sindical) foram decisivos para a Central assumir o PLANFOR. Alguns pesquisadores afirmam que a posição “propositiva” da corrente majoritária de atuar no campo das políticas públicas e em fóruns institucionalizados hegemonizou a orientação da Central a partir dos anos 90, substituindo posições de mobilização e crítica ao Estado e ao Capital, próprias da CUT desde o seu nascedouro. Em contraponto, Domingues (2000) relativiza essas críticas afirmando que apresentar a Articulação Sindical como ‘contratualista’ é negar, de pronto, o próprio surgimento do novo sindicalismo, já que esse campo da esquerda na CUT tem sido hegemônico, em suas deliberações gerais e em grande parte do sindicalismo metalúrgico, desde a fundação da Central.

O mesmo autor também destaca que a corrente majoritária da CUT, desde a 6ª plenária (1993) enfrenta tensões, o que descartaria a idéia de homogeneidade da Articulação Sindical internamente e, menos ainda, em sua atuação na CUT. Em sua análise das motivações da central para a criação do Programa Integrar, o autor afirma ocorrer “uma aproximação e uma adaptação do projeto inicial à institucionalidade do Estado, principalmente, penso eu, para dar sustentação a um projeto nascente” (DOMINGUES, 2000, p.92). Outros pesquisadores também criticam a leitura que a CUT faz do desemprego ao não explicitar – em seus documentos políticos e nos utilizados em cursos de formação – as raízes do desemprego relacionadas ao modo de produção capitalista (MORETTO, 2004; STEIN, 2000). Há, no entanto, duas investigações que desenvolvem uma análise diferenciada ao afirmarem que a posição “propositiva” defendida era de combinação entre atuação em espaços institucionais e as tradicionais estratégias de mobilização e luta e que atuar na implementação do PLANFOR foi uma conseqüência – portanto, ação coerente – dessa decisão política (AFFONSO, 2001; SILVA, 2003);

(d) seis pesquisas abordam (em profundidade ou perifericamente) a atuação do movimento sindical nas comissões tripartites partindo da hipótese do potencial de tal atuação para a ampliação da esfera pública e democratização do Estado, através da elaboração e controle das políticas públicas e interferência nos rumos da reestruturação produtiva e na esfera do Estado de modo mais geral, e espaço para a construção do projeto contra-hegemônico (no caso da CUT), ao mesmo tempo em que reconhecem o componente de regulação social amortecedor dos conflitos dos espaços institucionais paritários e a possibilidade de perder o horizonte de transformação social (AFFONSO, 2001; PIOLLI, 2004; SAPIENSA, 2002; MOLINA, 2004; SILVA, 2003; GOLDENSTEIN, 2002). Conforme Domingues (2000), “[...] a participação em sistemas tripartites, para a condução da educação dos trabalhadores surge como instrumento para a disputa de hegemonia na sociedade (p.113), porém ele pondera: “observe-se que o fato de participar em espaços tripartites como elemento de intervenção na correlação de forças entre capital e trabalho não suprime a possibilidade de manutenção do Integrar pela CNM/CUT” (p. 114).

Outra investigação (GOLDENSTEIN, 2002) conclui que as transformações no mundo do trabalho possibilitaram aos trabalhadores a transferência da qualificação profissional para o campo do público e, desse modo, a intervenção nas políticas públicas de formação profissional. Com isso, forjaram-se novos conceitos de qualificação e educação profissional, produzidos pelo movimento sindical, e não mais pelo Estado e a iniciativa privada, como ocorria até a criação do CODEFAT (Conselho Deliberativo do FAT) nos anos 90.

Alguns pesquisadores analisam a participação nestes fóruns como possibilidade de ampliação da democracia. Um deles (PIOLLI, 2004), com base na teoria da ação comunicativa de Habermas, defende que, conforme o grau de capacidade política e argumentativa dos representantes dos sindicatos, a participação nos fóruns tripartites pode contribuir para a ampliação e consolidação da democracia na sociedade brasileira, especialmente no que diz respeito ao debate e elaboração de políticas públicas. Entretanto, nesse caso, a análise do discurso das entidades sindicais nos conselhos tripartites levou o autor a identificar que a razão instrumental hegemonizou o campo de argumentação dos atores sociais, o que conseqüentemente não favoreceu a consolidação de estruturas comunicativas (razão comunicativa). Mesmo assim, nas recomendações, o autor reafirma a importância da participação dos atores sociais nesses espaços na perspectiva da ampliação da democracia. Também fundamentado em Habermas, a pesquisa de Molina (2004) ressalta a presença da CUT nos fóruns tripartites como forma de garantir a continuidade do Programa Integrar. O autor encontra justamente nessa participação a fragilidade do referido programa, pois “[...] depende das vicissitudes contraditórias da política e da queda de braço com os detentores do poder no governo do Estado do Rio de Janeiro e da União e de exaustivas negociações com as Comissões Municipais de Emprego.” (p.168). Sendo assim, a participação da central em fóruns tripartites é considerada uma “queda de braço” prejudicial à autonomia e à manutenção do seu programa educativo.

O trabalho de Affonso (2001) vê a ação sindical da CUT como sustentada por uma “[...] perspectiva de avanço da democracia e na ocupação gradual de espaços institucionais na perspectiva de construção do socialismo” (p.35-36). A autora aponta que se faz necessário avaliar os “alcances e limites de participação cutista nesses conselhos e propor estratégias de ocupação destes espaços. [...] Desta forma, poderemos acumular positivamente para um novo projeto de sociedade e tencionar a superação de posturas neocorporativistas no interior da CUT (p.238)”. O viés condutor de sua análise sugere uma defesa, que parte da análise de uma pesquisadora-militante sindical, da incorporação da ação cidadã na identidade classista da Central.

Outra investigação (GOLDENSTEIN, 2002) analisa que as transformações no mundo do trabalho possibilitaram aos trabalhadores a transferência da qualificação profissional para o campo do público e, desse modo, a intervenção nas políticas públicas de formação profissional. Com isso, forjaram-se novos conceitos de qualificação e educação profissional, produzidos pelo movimento sindical, e não mais pelo Estado e a iniciativa privada, como ocorria até a criação do Conselho Deliberativo do FAT nos anos 90. Também Sapiensa (2002) apresenta essa análise, embora a investigadora ressalte que a exigência de políticas públicas em educação e demais direitos sociais “não podem estar ausentes da agenda sindical nem das reivindicações da sociedade” (p.196).

Nas análises sobre as *parcerias* entre Estado e Sociedade Civil, no âmbito da execução de programas e projetos de formação no contexto do PLANFOR e sobre a participação das entidades representativas dos trabalhadores em *fóruns tripartites* os enfoques adotados tendem a uma divisão: há um grupo de pesquisadores que indicam que o campo de referência do movimento sindical foi a lógica neoliberal, desprezando-se, majoritariamente, outras influências históricas nessas ações políticas; outro grupo contempla tais influências, considerando as contraditórias relações das políticas neoliberais implementadas nos anos 90 com as possibilidades institucionais e os avanços democráticos advindos da Constituição de 1988.

Na leitura das dissertações, identifica-se um grupo de trabalhos que questiona a participação das entidades sindicais na realização de programas de qualificação profissional e de elevação de escolaridade. A análise comum desses/as autores/as é de que a atuação alimenta, direta ou indiretamente, a ideologia da empregabilidade e do empreendedorismo, que responsabiliza o indivíduo por sua inserção e permanência no mercado de trabalho e/ou pela criação de alternativas de geração de renda face ao desemprego. Goldenstein (2002) é uma das pesquisadoras que, referindo-se à obra de Gentili, afirma que maior qualificação profissional não é fator de diminuição de desemprego, mas, ao contrário, falseia a relação entre educação e mercado de trabalho. Destaca-se também o trabalho de Moretto (2004), que toma o desemprego como categoria de mediação central para analisar a ação da CUT na formação profissional. A crítica do autor centra-se na análise de que a Central, na construção de sua estratégia política nos anos 90, não teria explicado o desemprego a partir dos determinantes estruturais do modo de produção capitalista, o que influenciou as formas políticas escolhidas para enfrentá-lo;

entre elas, a educação profissional. Nessa perspectiva, diante do risco de reprodução de políticas compensatórias, Oliveira (2004) ressalta a necessidade de aprofundar o debate sobre as possibilidades de intervenção do movimento sindical no contexto capitalista sem perder de vista a construção de um novo modelo de sociedade.

Outro grupo de pesquisadores, que analisam cursos ou programas de formação da CUT, identifica uma coerência político-ideológica (defesa de interesses de classe e organização política) e metodológica (diálogo, participação e valorização dos saberes dos trabalhadores) nos mesmos. Diante disso, os/as autores/as, embora critiquem as entidades sindicais por assumirem funções que consideram não ser de sua alçada e, com isso, perderem sua identidade (MOLINA, 2004), concluem que a Qualificação Profissional é um lugar de disputa de hegemonia, o que viabiliza a construção de propostas educativas críticas ao modelo de formação da patronal (GOLDENSTEIN, 2002; MOLINA, 2004; DOMINGUES, 2000; SAPIENSA, 2002; SILVA, 2002; SILVA, 2003). Para tanto, a disputa articula-se com a proposição de políticas públicas de educação profissional a partir da criação do PLANFOR.

Esses autores avaliam como contraditórios os resultados alcançados pela formação oferecida pelos sindicatos, pois, eles se adaptam às políticas neoliberais e, ao mesmo tempo, possibilitam o surgimento de uma nova concepção de educação profissional, que articula formação técnica, escolar e política.

Nesse contexto, Silva (2003) busca afirmar a hipótese de que a CUT consegue manter seus princípios de defesa da classe trabalhadora, democracia, liberdade, autonomia e participação política cidadã, bem como garante “[...] o embate no campo ideológico a partir da formação da consciência crítica, política e cidadã” (p.23). A autora avalia como complementar a relação entre a luta sindical e a formação profissional no interior da Central. Assim, a inserção da educação profissional na agenda sindical contribuiria significativamente para a superação da dualidade entre qualificação profissional e o sistema de ensino escolar, embora a central os desvincule ao orientar os sindicatos a incluírem a formação profissional em suas pautas. Com isso, eles estariam desarticulando, novamente, a qualificação e elevação de escolaridade.

Apesar das críticas, essas pesquisas reconhecem que, no caso da CUT, a promoção da elevação de escolaridade ocorreu na perspectiva explícita da luta pelo direito à educação, sem a intenção de substituir o Estado na tarefa de oferecer educação pública e gratuita para todos. Isso estaria claro nos documentos da Central e na condução dos cursos. Indicam ainda que um dos efeitos dessa ação foi a aproximação de dirigentes e trabalhadores em geral com o tema da educação, até então pouco discutido pelo movimento sindical.

Com base na categorização de Oliveira (2006) sugere-se que há uma tendência de metade das pesquisas em considerar a predominância de uma visão *liberal*, e em alguma medida, *clientelista*, como campo de referência das ações sindicais, especialmente no que diz respeito às políticas públicas de qualificação profissional, identificando-se na outra metade das pesquisas indicadores de uma visão *republicana* orientadora de tais ações, sendo que, em alguns desses casos, sugere-se uma visão inclusive *emancipatória*.

Do ponto de vista propriamente educativo, identificam-se os seguintes campos de referência nas ações desenvolvidas: Educação Continuada, Educação Popular e Trabalho- Educação.

Uma perspectiva de *educação continuada*, com viés de adaptação dos trabalhadores às mudanças do mundo do trabalho para torná-los empregáveis, competentes e “certificados” para enfrentar o mercado de trabalho pode ser identificada. Tal perspectiva está associada a uma visão *liberal ou neoliberal* identificada nas reflexões anteriores.

O campo da *Educação Popular* constitui uma das referências principais das experiências de educação do trabalhador da década de 1960, época de consolidação da Educação Popular no Brasil e na América Latina. Desde uma perspectiva dialógica, a conscientização era entendida como o meio de construir processos pedagógicos comprometidos politicamente com a transformação social. A valorização dos conhecimentos populares, constituídos nas diversas esferas da vida social dos trabalhadores, ao longo de suas histórias de vida, é uma das marcas das experiências educativas pesquisadas, e elas evidenciam a herança da educação popular.

Embora essa influência também incida, na década de 1990, na elaboração de programas de educação do trabalhador, como o Programa Integrar, apenas três dissertações fazem tal vinculação ao resgatarem a origem, os condicionantes e pressupostos do programa.

O restante dos trabalhos silencia sobre a contribuição da Educação Popular, embora ela tenha claramente influenciado a educação do trabalhador, principalmente quanto à valorização dos saberes populares mediante uma *práxis* reflexiva e dialógica. Tais aspectos não são reconhecidos de forma destacada nos trabalhos analisados como uma herança da educação popular, ainda que o Programa Integrar seja definido nos documentos de seus proponentes como uma experiência de educação popular. Mesmo assim, tal relação é brevemente indicada por apenas três dissertações (SILVA, 2002; DOMINGUES, 2000; MOLINA, 2004), que identificam brevemente a obra de Paulo Freire como uma das fundamentações teóricas do programa.

Goldenstein (2000) aponta a educação popular como uma das matrizes discursivas fundadoras da educação do trabalhador, ao lado da marxista. Esse é o único estudo que apresenta uma concepção de educação popular, definida como afirmadora de uma pedagogia transformadora, “[...] alternativa à

educação dominante, autoritária, seletiva, de classe” (p.31), cuja proposta é a construção de uma práxis educacional protagonizada pelos trabalhadores.

A produção teórica sobre as relações entre *trabalho e educação*, na perspectiva marxiana, afirma o trabalho como princípio educativo, cuja referência central é Antonio Gramsci. Esse constitui um dos campos de referência, identificada nas pesquisas, nas experiências de educação realizadas na órbita da CUT, incluindo o patrimônio do debate acerca da escola unitária.

Affonso (2001) afirma que a fundamentação de programas de educação do trabalhador da CUT, como o Programa Integral, incorporou opções históricas da política de formação da Central, entre elas a formação politécnica e integral e permitiram ampliar e renovar o debate a respeito da educação do trabalhador. Piolli (2004) identifica nos projetos de educação da CUT a presença do referencial da escola unitária, embora o autor afirme que, à medida que a Central participa dos fóruns tripartites, a concepção de educação vai se modificando, diminuindo o peso desta referência. Domingues (2000) relaciona o projeto políticopedagógico do Integrar à busca da “[...] formação integral do homem, que entra em relação com a natureza ativamente por meio do trabalho e da técnica, de desconstruir a aparente exterioridade natural das relações sociais postas sob o capitalismo” (p.125). Em consonância, Silva (2003) compreende que a concepção ideológica classista do Programa Integrar “[...] enfatiza a formação na perspectiva gramsciana da politécnica e do intelectual orgânico; formação de caráter técnico, mas também político” (p.69). Entretanto, a autora alerta que, nos documentos lidos, o modo como a formação técnica ocorre não está claro e ressalta:

Acreditamos que uma formação que presume a integralidade deveria ter como pressuposto uma formação profissional, que combinasse um aprendizado técnico no entorno do equipamento e uma formação geral, de tal forma que venha a permitir ao aluno uma apropriação de todos os instrumentos capazes de potencializar a sua atuação como trabalhador cidadão. Esse fundamento respalda-se na perspectiva gramsciana de escola única (SILVA, 2003, p.82-83).

Outros estudos destacam a formação de educadores enquanto intelectuais orgânicos (SILVA, 2002; DOMINGUES, 2000). Os/as autores/as sustentam a idéia de que esse é um dos desafios do Programa Integrar porque garante o sucesso da sua proposta político-pedagógica. Ao educador caberiam as funções de organizador e mediador na construção do poder contra-hegemônico ao capitalismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente texto, buscou-se identificar as temáticas, objetivos e perspectivas teórico-metodológicas da produção discente analisada e principalmente, explicitou-se de modo mais denso os campos de referência orientadores das práticas de educação realizadas por entidades sindicais.

Sugeriu-se que há uma tendência de metade das pesquisas em considerar a predominância de uma visão *liberal* e, em alguma medida, *clientelista*, como campo de referência das ações sindicais no campo da educação do trabalhador, especialmente em relação às políticas públicas de qualificação profissional, identificando-se na outra metade das pesquisas indicadores de uma visão *republicana* orientadora de tais ações, sendo que, em alguns desses casos, indicou-se uma visão *emancipatória*.

Destaque-se, a partir da leitura dos relatórios de pesquisa, que a década de 1990 pode ser considerada como um marco importante na produção de práticas inovadoras de educação do trabalhador. A CUT particularmente produziu um acúmulo significativo tanto no volume de experiências quanto na abrangência (em nível nacional) de algumas delas, assim como na inovação político-pedagógica, com destaque ao Programa Integrar. Esse é o motivo mais provável da escolha do referido programa pela maioria dos/as autores/as. No entanto, há um grupo de estudos que não aprofunda a análise sobre as limitações das iniciativas, haja vista que muitos deles tecem conclusões de cunho assistencialista, ao defenderem, por exemplo, que

Os problemas causados pela tempestade neoliberal e pela destrutividade irracional do capitalismo podem não ter resoluções em programas como este, e ninguém vende essa ilusão aos trabalhadores, mas a possibilidade de ver um trabalhador resgatado, sorrindo e feliz, falando e produzindo escrita, pintando, dançando e desenhando, humanizado, mesmo que provisoriamente, já vale ter existido. (MOLINA, 2004 p. 166)

Sob esse prisma, esses/as autores/as não discutem qual é o impacto das iniciativas em estudo. Em que medida esses trabalhadores ampliam, efetivamente, sua participação tanto no movimento sindical quanto em organizações e entidades elencadas nos estudos, como o Orçamento Participativo, a Economia Solidária, entre outras? Ou mesmo, em que medida essas experiências interferem na questão do desemprego, na reinserção desses trabalhadores no mercado de trabalho? Pesquisas com egressos desses programas e projetos teriam muito a informar a respeito.

Percebe-se também a necessidade de avançar na investigação sobre a contribuição de tais experiências para se pensar uma educação omnilateral do ser humano ou a influência das mesmas na concepção e prática das políticas públicas de qualificação social e profissional no governo do presidente Lula.

Constatou-se insuficiência de análises da dimensão propriamente pedagógica das ações estudadas, sendo muito forte a dimensão político-ideológica. Por que isso ocorreu? Como entender também a pouca relevância dada ao campo da Educação Popular que, embora constitua o referencial teórico de programas como o Integrar, não recebe destaque nas pesquisas, apenas uma breve menção em alguns dos trabalhos?

Esses são alguns dos questionamentos que poderiam ser objeto de pesquisas futuras.

REFERÊNCIAS

- AFFONSO, C. *A CUT Conselheira: tripartismo e formação profissional. Concepções e práticas sindicais nos anos 90*. Niterói: UFF, 2001. Dissertação.
- DOMINGUES, M. R. *Sindicalismo, Educação e Formação Profissional nos anos 90: Programa Integrar*. São Paulo: PUCSP, 2000. Dissertação.
- FRANTZ, E. *O movimento operário em Ijuí: 1946-1964*. Ijuí: UNIJUÍ, 2005. Dissertação.
- GOLDENSTEIN, M. S. *O instrutor do "Programa Integrar Desempregado"*. Campinas: UNICAMP, 2002. Dissertação.
- GOES, M. P. S. *Educação Popular: a experiência do Conselho de Escolas de Trabalhadores*. São Paulo: USP, 2001. Dissertação.
- MANFREDI, S. M. (2002). *Educação Profissional no Brasil*. São Paulo: Cortez. Coleção Docência em Formação.
- MANFREDI, S. M (1997) e BASTOS, S. Experiências e projetos de formação profissional entre trabalhadores brasileiros. *Educação e Sociedade*, dez. 1997, vol.18, n.60, pp.117-143.
- MEJÍA, M. R; AWAD, M. *Pedagogías y metodologías en educación popular*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.
- MOLINA, H. *Metamorfose Capitalista e Educação dos Trabalhadores: a travessia contraditória (uma análise política de formação da CUT e do Programa Integrar no Rio de Janeiro)*. Niterói: UFF, 2004. Dissertação.
- MORETTO, N.R. *A formação sindical-profissional da CUT, desemprego e a configuração atual do mercado capitalista*. Florianópolis: UFSC, 2004. Dissertação.
- OLIVEIRA, L. F. *Uma análise do Programa Integrar Metalúrgicos a partir da experiência de Passo Fundo*. Porto Alegre: UFRGS, 2004. Dissertação.
- OLIVEIRA, R. V. Qualificação profissional: um campo em disputa. In: ____ (org.) *Qualificar para quê? Qualificação para quem? Do global ao local: o que se espera da qualificação profissional hoje*. São Paulo: Fundação UNITRABALHO; Campina Grande: EDUFCEG, 2006, pp. 12-26.
- PIOLLI, E. *Educação e Sindicalismo: o discurso sindical no contexto da reestruturação produtiva*. Campinas: UNICAMP, 2004. Dissertação.
- SANTOS, A. R. *O papel da Força Sindical na esfera da qualificação profissional no estado de Pernambuco*. Recife: UFPE, 2003. Dissertação.
- SAPIENSA, A. C. *O Programa Integrar de Formação Profissional da CNM/CUT: estudo sobre sua organização curricular e desenvolvimento no núcleo de Ribeirão Pires*. São Paulo: PUCSP, 2002. Dissertação.
- SILVA, G. P. *O trabalho, educação e desenvolvimento: o norte da educação da CUT na Amazônia*. Natal: UFRN, 2005. Tese.
- SOUZA, N. R. *Formação profissional e ação sindical no Brasil*. Londrina, UEL, 2006. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais.
- SILVA, F. C. C. *Propor é Resistir? Reflexões sobre o Programa Integrar – Confederação Nacional dos Metalúrgicos/Central Única dos Trabalhadores*. São Paulo: PUCSP, 2002. Dissertação.
- SILVA, S. R. P. *Educação, Trabalho e a Mutaçao do Sindicalismo: estudo do Programa Integrar de Qualificação Profissional da CNM/CUT no Estado de Pernambuco*. Recife: UFPE, 2003a. Dissertação.
- SILVA, A. T. R. *O Alternativo e o Conservador de uma Prática Educativa: Avaliação Crítica do Terra Solidária Cut/PR na Perspectiva dos Trabalhadores Rurais*. Curitiba: UFPR, 2003, Dissertação.
- STEIN, E. F. *A Ação Educativa dos sindicatos de trabalhadores diante das novas demandas de qualificação e requalificação decorrentes da reestruturação capitalista*.

TITO, N. G. *A classe trabalhadora e a construção de propostas de educação humanizadoras: uma leitura da experiência do projeto evolução*. São Leopoldo: UNISINOS, 2005. Dissertação.